



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Órgão: Assembleia Intermunicipal da CIMLT

ATA Nº: 11

24 de Junho de 2020

Assunto: Sessão Ordinária

Início da sessão: 21h10 horas

Términus da sessão: 23h30 horas

Presidente da Mesa: Francisco Caneira Madelino

Vice-Presidente da Mesa: Cristina Maria Milhano Pintão de Campos

Secretário da Mesa: Dina Maria Gomes Rocha



-----ATA N.º 11 -----

--- Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, e através de sistema de videoconferência, simultaneamente, nos termos do estabelecido no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quinze minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: José Francisco Correia Afonso Marouço, Gustavo Gaudêncio da Costa, Carlos Manuel Russo Mota, José Manuel Coutinho Lopes, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, José Luís Marques dos Santos, António Jorge de Oliveira Lopes (em substituição de Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro), Irina Noel Matias Batista, Nuno Miguel Martins Pires, José Eduardo de Melo Relvas Ramalho, Mário Jorge Campos Ferreira (em substituição de Domingos Manuel Marques David Pereira), Augusto Gonçalves Parreira, José Augusto Santos de Jesus, Catarina Maria Lagarto Marques, Francisco Manuel Miguel Colaço, Pedro Miguel Martins Braz, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Artur Fernando Salgado, Ana Teresa de Sousa David, Luís Alberto Ferreira, Alam Pereira, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Telma Filipa Oliveira Simões, Carlos Fatia Tezo, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos, Manuel António dos Santos Afonso, Nuno Miguel Cardigos Afonso Antunes Fernandes, Dina Maria Gomes Rocha e Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco e André Filipe Arraia Gomes. -----

--- Faltaram à sessão Fernando Rodrigues Louro, António José Fonseca Nobre, Vera Lúcia Braz dos Santos, Victor Manuel da Guia e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa.-----

--- Apresentaram justificação de ausência António José Fonseca Nobre e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa.-----

--- A lista de presenças dos senhores Deputados constam dos documentos anexos à presente ata. ----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia.-----



- Ordem do Dia:-----
- 1. Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal;-----
 - 2. Apreciação e Votação de Nomeação de Sociedade de Revisor Oficial de Contas como Auditor Externo da CIMLT das Contas dos Anos de 2020, 2021 e 2022;-----
 - 3. Apreciação e Ratificação de Segunda Revisão ao Orçamento para 2020, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2020-2025, e de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas;-----
 - 4. Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020;-----
 - 5. Apreciação e Ratificação de Terceira Revisão ao Orçamento para 2020, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2020-2025, e de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas;-----
 - 6. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício de 2019;-----
 - 7. Apreciação e votação de proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2019.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, começando por informar que tinham dado entrada nos serviços duas moções, já fora do prazo, e questionou os senhores Deputados se as mesmas poderiam ser discutidas e votadas. As duas moções foram admitidas para discussão e votação no Período Antes da Ordem do Dia, por unanimidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Manuel Coutinho Lopes (CDU)**, informando que as moções apresentadas pela CDU tinham os seguintes temas: "Salvar centenas de MPME: primeiro passo para retoma económica de que a área territorial da CIMLT precisa" e "As ações falam mais alto do que as palavras, logo apoiemos o Serviço Nacional de Saúde", tendo as mesmas chegado aos senhores Deputados através de email.-----

--- Na Moção apresentada pela CDU "Salvar centenas de MPME: primeiro passo para retoma económica de que a área territorial da CIMLT precisa " constava o seguinte: "Só quem não conhece a realidade nacional é que poderá ficar surpreendido com a situação de grande aflição por que passam muitos milhares de pequenos empresários e as suas famílias. O surto epidémico que atinge o País e o mundo, veio expor ainda mais e de forma brutal, as muitas fragilidades e problemas que atingem o tecido empresarial português. Nestes meses, uma larga camada desses empresários ficou sem qualquer tipo de rendimentos face à suspensão das suas atividades, encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenhavam, ou ainda pelo desaparecimento ou significativa redução da procura e de clientes. O Governo avançou com algumas medidas de apoio aos MPME, mas que são



claramente insuficientes e limitadas. Mais grave ainda é que muitos destes empresários foram excluídos de qualquer apoio. Ou porque tinham situações por resolver ou em resolução perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária ou a Banca, ou na situação de milhares de sócio-gerentes que ficaram de fora dos critérios definidos pelo Governo, ou na exclusão do programa ADAPTAR de empresas em regime de contabilidade simplificada. Os recursos que o País tem não podem ser usados para defender os lucros e privilégios dos grandes grupos económicos, mas sim para proteger rendimentos dos trabalhadores, dos reformados, mas também, dos milhares de microempresários e empresários em nome individual cuja actividade será também ela fundamental para recuperar e desenvolver o País. O principal instrumento criado pelo Governo para o apoio às empresas foi o chamado regime de Layoff simplificado. Mas este regime está a servir sobretudo para apoiar as grandes empresas em centenas de milhões de euros. Ou seja, mais de metade das grandes empresas, muitas delas que tiveram centenas de milhões de lucros nos últimos anos foram apoiadas, ao passo que, no caso das microempresas, apenas 7,4% obteve acesso e também no caso das sociedades empresariais, as microempresas apenas 25% destas sociedades a acederem a este apoio do Governo. O mesmo aconteceu com os 850 milhões de euros que foram para o poço sem fundo do Novo Banco (ex-BES) e que tanta falta faziam ao País. É indispensável e urgente dar resposta à grave situação das microempresas de natureza familiar e empresários em nome individual ou trabalhadores por conta própria, muitas com situações informais, vivendo de vários trabalhos parciais à comissão, da mediação, ocupados em serviço de proximidade, da construção civil à limpeza, do comércio local aos feirantes, dos explicadores às pequenas oficinas de reparação automóvel, entre tantos e tantos outros, que não conseguimos aqui enumerar. Para a CDU exigem-se respostas, visando o levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos, a consagração do apoio financeiro aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes, a atribuição de um Apoio mensal à tesouraria destas empresas, o assegurar de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, a redução do preço da electricidade e dos combustíveis, entre outras medidas. Respostas que não podem continuar a esbarrar na lentidão e burocracia de uma máquina que está feita para apoiar os grandes grupos económicos e que se prepara para levar à falência e à pobreza, se nada for feito, milhares de micro, pequenos e médios empresários. Responder agora e sem demoras aos seus problemas, é responder a uma parte significativa do tecido económico e que será fundamental para a retoma económica de que o país irá precisar. Assim, a assembleia da comunidade intermunicipal da Lezíria do Tejo exige do Governo que se adoptem medidas no sentido de: - levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos (Layoff simplificado, programa ADAPTAR, etc); - a consagração do apoio aos



uf. 


sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes; - a atribuição de um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de €438,81; - suspender este ano o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta - PEC; - concessão de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada; - a redução do preço da electricidade e dos combustíveis; - apoio ao arrendamento não habitacional reflectindo na renda paga pelo MPME a quebra da actividade que foi verificada; criação de uma rede de contacto e apoio do Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso às medidas de apoio.-----

--- A Moção apresentada pela CD, com o tema "As ações falam mais alto do que as palavras, logo apoiemos o Serviço Nacional de Saúde", apresentou-se o seguinte: "Considerando as manifestações realizadas por cibernautas, com base nas redes sociais, promovendo um ato de homenagem ao trabalho dos profissionais de saúde, no começo do surto epidémico do novo coronavírus, em que a proposta concretizada foi o das pessoas aplaudirem, da janela de suas casas, o trabalho desses profissionais. Considerando as homenagens prestadas pelas forças de segurança, em vários distritos, a todos os funcionários onde estavam localizados hospitais no combate ao surto epidémico ou instituições de emergência e socorro que tivessem apoiado a ação das forças e serviços de segurança. Considerando que o Sr. Presidente da República pretende homenagear os profissionais da saúde, tendo recebido essa proposta do Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos, para a realização dessa homenagem nacional aos médicos e outros profissionais de saúde. Considerando que é devido à natureza universal e geral do Serviço Nacional de Saúde (SNS), bem como ao seu carácter público, que mais uma vez tem demonstrado, que é o SNS a solução para assegurar o tratamento de todos os utentes em igualdade, com qualidade e sem discriminações em função das condições económicas e sociais. Considerando que enfrentamos o surto, em condições de grande debilidade da estrutura de saúde pública, depauperada nos seus meios, nomeadamente humanos, pois durante anos, a estrutura de saúde pública foi profundamente desvalorizada, e apesar disso, a realidade veio comprovar a sua importância. A CDU perante todas estas manifestações de apreço aos profissionais do SNS e por considerar urgente o apoio efetivo ao SNS propõe que a Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida no dia 24 de junho de 2020, aprove para que o Conselho Intermunicipal interceda junto do Governo para: - o reforço do financiamento do SNS em pelo menos 25%; - a garantia da autonomia das unidades de saúde; - a não aplicação da lei dos compromissos na aquisição de medicamentos, material clínico, equipamentos; - o reforço do número de profissionais de saúde e a sua valorização profissional, social e remuneratória; - o alargamento do número de



camas, incluindo dos cuidados intensivos; - o alargamento da capacidade para a realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica; - a recuperação até ao final do ano dos cuidados de saúde suspensos e adiados; - o alargamento do número de camas de cuidados continuados e paliativos na rede pública; - o reforço de meios na saúde mental e na saúde pública; - a existência de serviços de medicina do trabalho em todos os estabelecimentos de saúde; - a concretização do Laboratório Nacional do Medicamento, já aprovado na Lei do Orçamento do Estado para 2020; - a constituição de uma reserva estratégica de medicamentos e dispositivos descentralizada; - a promoção da reconversão da indústria para a produção de equipamentos de proteção individual, material clínico, equipamentos médicos, medicamentos, de forma a reduzir a dependência externa do país. Esta moção depois de aprovada deve ser enviada às seguintes entidades: - Publicar esta moção nos jornais regionais da Lezíria do Tejo; - Enviar às Câmaras Municipais e Assembleias Municipais dos Municípios integrantes da CIMLT e a todos grupos municipais integrantes das mesmas; - Enviar aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à Comissão de Saúde da Assembleia da República; - Enviar ao Ministro da Saúde e Secretário de Estado da Saúde; - Enviar ao Presidente da ARSL e Vale do Tejo; - Enviar à Diretora Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria do Tejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, começando por dizer que em relação às duas Moções apresentadas, sem prejuízo daquilo que era a prática do Partido Socialista na Assembleia Intermunicipal da CIMLT, que era o princípio da liberdade de voto, o PS via com algum constrangimento que as mesmas varriam do espectro político e decisório do Governo todo e qualquer tipo de decisão. Parecia que não se tinha passado nada e tudo aquilo que se tinha feito tinha sido ruim. O PS não podia concordar com propostas que iam desde o levantamento de todas as restrições, naquilo que tinha a ver com o apoio às empresas, até à promoção da reconversão da indústria para produção de equipamentos de proteção individual. O PS não podia concordar com a “salganhada” de propostas nas duas Moções e depois com o varrimento que faziam de todo o processo, que até tinha obtido um consenso bastante alargado de todos os partidos políticos. E agora virem para a Assembleia Intermunicipal fazer de conta que isso não aconteceu e fazerem todas as propostas e mais alguma, para as quais a Assembleia Intermunicipal não tinha competência nenhuma. Assim, o PS iria votar contra as duas moções. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, dizendo que tinha votado favoravelmente à discussão das duas Moções, uma vez que os representantes da CDU poderiam apresentá-las. Estar a sujeitar a uma votação uma coisa que mal se tinha visto o conteúdo é que não lhe parecia bem. Prosseguiu referindo que havia pontos com que concordava e havia outros que gostaria de ler com mais cuidado. Parecia-lhe que votar um documento ao qual não



tinha tido acesso atempadamente, e que nem tampouco era apresentado pelos proponentes, achava muito contraproducente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Luís Alberto Ferreira (CDU)**, informando que a CDU sabia o que constava nas duas Moções. O que se passava era que ainda não tínhamos saído de um momento grave no País, que era esta situação do Covid e já as pequenas e médias empresas estavam estranguladas, porque não tinham qualquer tipo de apoio. Uma das Moções servia para fazer um alerta a quem dirigia este País, para que as coisas tivessem outro sentido. A outra Moção era sobre o Serviço Nacional de Saúde, que todos continuavam a apoiar, mas era importante que o SNS visse reforçado tudo aquilo que lhe tinha sido retirado ao longo de muito tempo. Na opinião do senhor Deputado, as duas Moções eram pertinentes.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, começando por dizer que o BE estava de acordo com as Moções apresentadas. Disse não entender o PS, porque tudo o que era proposto pela oposição era visto com uma partidarite aguda e como um ataque ao Governo. Não havia uma visão proactiva sobre aquilo que era proposto. Havia nas Moções apenas uma declaração de intenções. Mas o seguidismo cego de algumas mentes partidárias era uma vergonha. Lamentava que não houvesse honestidade política para dizer: eu sou do Partido Socialista, suporto o Governo, no entanto entendo que estão aqui preocupações válidas. Na opinião do senhor Deputado, isto não punha em causa as políticas do Governo. O seguidismo cego do ponto de vista político-partidário não enriquecia a Democracia. Assim, ficava triste quando as pessoas não conseguiam despir a camisola partidária, na defesa do bem comum. Continuou a sua intervenção referindo que as pequenas e médias empresas não estavam a receber os apoios justos. Mas, sendo elas a grande maioria das empresas em Portugal, era nelas que devíamos ter o enfoque das políticas de apoio em situações de crises económicas e pandémicas. Nesse sentido, disse estar de acordo com a Moção, por levantar essa questão e reforçar a intenção e importância das pequenas e médias empresas para a nossa economia. Sobre a situação do Serviço Nacional de Saúde, referiu que a Moção não podia ser mais justa. O senhor Deputado disse ainda ter visto na primeira pessoa a maneira como os trabalhadores do Hospital de Santarém trabalhavam. Com falta de pessoal, horas de trabalho a mais que depois não eram pagas, enfim, uma série de injustiças. Como político, disse sentir-se na obrigação de defender a dignidade profissional daqueles trabalhadores e de alertar que o Serviço Nacional de Saúde merecia dignificar os seus profissionais. Esta Moção pedia para se interceder junto do Governo e isto incomodava o Partido Socialista. Na opinião do senhor Deputado, tal era sinal de arrogância. Referiu estar de acordo com as Moções e não via mal nenhum que Deputados do PS votassem favoravelmente estas Moções. Não estava aqui nenhuma contradição com o Governo, nem nenhuma medida legislativa que iria por em causa o orçamento aprovado. Eram pedidos,



solicitações. E quem não via isso, era lamentável.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, começando por dizer que, sobre o facto do PS ter dito que este não seria o fórum para discutir estas matérias, entendia que a CIMLT tinha em várias matérias uma cooperação e uma proximidade muito grande com as estruturas do Governo Central. Portanto, também lhe parecia pacífico que estas questões fossem afloradas na Assembleia Intermunicipal. Em relação aos assuntos que as Moções abordavam, de facto deveria ser feita justiça de que muitas destas preocupações e muito daquilo que estava ali refletido tinha vindo a ser desenvolvido e feito pelo Governo, em colaboração com a oposição. As medidas já tomadas, obviamente que podiam ser melhoradas. De facto, a dimensão da crise que assolava as pequenas e médias empresas, a dimensão das dificuldades que o SNS tinha também obrigava a reforçar e melhorar estas medidas. Neste sentido, o voto do PSD seria de abstenção. Isto porque deviam todos, Governo, Municípios, CIMLT, todos, ajudar na situação atual. O senhor Deputado informou que esta declaração serviria também para Declaração de Voto. No que dizia respeito às pequenas e médias empresas, disse não entender por exemplo o levantamento de todas as restrições colocadas às mesmas. Tinham de existir sempre balizas. Referiu que levantar-se todas as restrições seria demasiado populista e não era praticável. Era necessário ter os pés assentes na terra. Em relação à criação de redes de contactos e apoios do Estado às pequenas e médias empresas, referiu que essas redes já existiam, como as Associações Empresariais, que tinham uma prestação valiosa. O Estado tinha de ser um regulador qb e tinha de permitir o desenvolvimento económico assente em princípios de cooperação entre entidades públicas e privadas. Nesta Moção, da CDU fazia sentido exigir que o Governo adotasse medidas, mas faria também sentido recomendar que a CIMLT e os Municípios discutissem formas de isenção de taxas económicas, desejáveis para as pequenas e médias empresas. Relativamente à Moção sobre o Serviço Nacional de Saúde, informou que também iria optar pela abstenção, porque concordava que devia ser reforçado o apoio do Estado neste período de pandemia, mas algumas considerações políticas da Moção iam contra as aprovações que a CDU fazia constantemente do Orçamento do Governo. Se mais não tinha sido feito, alguma responsabilidade se poderia imputar à CDU. Prosseguiu dizendo que o PSD entendia que o investimento no Serviço Nacional de Saúde devia ser reforçado, tal como referia a Moção, mas não sabia se haveria cabimento para tal. Mas desejavelmente deveria ser reforçado. Por outro lado, disse não poder concordar com o senhor Deputado Francisco Colaço, que tinha dito que o SNS tinha feito tudo. Isto era uma insensibilidade e uma injustiça, porque o serviço de saúde privado também tinha feito a sua parte. Muito contribuíram e ajudaram nesta altura de pandemia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, lembrando o PSD do corte colossal de 1000 milhões de Euros no Ministério da Saúde, de 2011 a 2015. Lembrou



Handwritten signatures in red and blue ink.

também que tal foi recuperado na legislatura seguinte. Prosseguiu dizendo que no Orçamento de 2020 tinham mais 1200 milhões de Euros para o orçamento da Saúde. Num espaço de 5 anos tinha havido um reforço de mais de 2000 milhões de Euros no orçamento do Ministério da Saúde. Por isso também estranhava que depois deste reforço de 1200 milhões de Euros, a CDU viesse exigir mais 25%. Por outro lado, a Moção estava a fazer exigências ao Governo. O senhor Deputado prosseguiu recomendando ao senhor Deputado do BE que lesse melhor as Moções, porque disse que elas eram meras recomendações. O senhor Deputado disse entender que outros partidos viviam mal com a Liberdade que o Partido Socialista dava aos seus Deputados. Por outro lado, e entendendo que tal poderia perturbar o BE, lembrou que a maioria absoluta do PS resultava da vontade do Povo. Era isso que o PS estava ali a representar. Mas não abdicava do princípio da liberdade de voto. Ainda assim, registava com muita preocupação a proximidade retórica do BE ao outro extremo. “Seguidismo, arrogância e vergonha” eram termos que todos sabiam muito bem quem utilizava nos últimos tempos no debate político. Continuou a sua intervenção dizendo que o conjunto de medidas para as pequenas e médias empresas que a CDU apresentava eram exigências às quais o País não conseguia responder à velocidade com que a CDU desejava. Todos achavam simpáticas estas medidas e gostavam que fossem possíveis. Mas este não era o espaço para esta discussão. Estavam a discutir boas vontades forjadas de exigências ao Governo, como se nada tivesse sido feito. O PS não podia aceitar isto, e isto não se tratava de arrogância. O senhor Deputado disse considerar que os Partidos deviam continuar a propor, mas assumindo as responsabilidades das suas propostas. Não era de forma demagógica.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro (PS)**, referindo que era socialista e não seguidista. E custava-lhe ouvir a retórica do senhor Deputado do BE, porque cada vez que uma pessoa não pensava como ele, ou era antidemocrático, ou seguidista, ou não tinha capacidade de visão. Prosseguiu dizendo que o PS sempre tinha tido liberdade de voto, ao contrário do BE. Portanto, iria votar de acordo com a sua consciência. Mas custa-lhe ouvir essas tentativas de coagir os votos das outras pessoas. O PS nunca iria coagir o BE a votar como ele.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel António dos Santos Afonso (PS)**, dizendo que aquilo que estava a acontecer à volta desta discussão resultava do facto de vivermos num País que era democrático. Quando foi marcada a sessão da CIMLT, a CDU teve necessidade de trazer algo para o debate e trouxe estas Moções. O senhor Deputado disse reconhecer que eram Moções pertinentes. Elas estavam na ordem do dia. As pequenas e médias empresas viviam um momento complicado, bem como o Serviço Nacional de Saúde. Mas, na opinião do senhor Deputado, o que se tinha que analisar também era o que se tinha feito para as pequenas e médias empresas e no Serviço Nacional de Saúde, para responder a esta pandemia que era planetária e que o trabalho que estava a ser feito



honrava e dignificava quem estava no poder, que era o Partido Socialista. Mas trazer estas questões à discussão era ótimo. Fazia parte da vida democrática e o senhor Deputado não me causava qualquer constrangimento. Agora, o que não lhe parecia razoável era que outras forças políticas, como o PSD, na voz do senhor Deputado José Augusto de Jesus, fizessem uma avaliação professoral das propostas e daquilo que estava a ser a postura do Governo, com ar de crítico, sabedor e conhecedor, revelando alguma desorientação e aproveitamento do trabalho de outra força política, em benefício próprio. Na opinião do senhor Deputado, aquilo que tinha acontecido era que o senhor Deputado José Augusto de Jesus tinha prestado um mau serviço à democracia. Se queria defender, com a sabedoria professoral com que tinha feito, as propostas de outras forças políticas, que apresentasse a sua e que a defendesse. Mas o que tinha feito foi colar-se a uma cotação de outras forças políticas, com as quais ele discordava frontalmente. Isto era um bocado a demagogia pura, em prol de objetivos que nunca teriam um resultado positivo. Em conclusão, o senhor Deputado afirmou que diria sim a discutir, apresentar, analisar. Mas não tinha outra alternativa senão votar contra estas Moções, tendo em conta o seu conteúdo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Jorge de Oliveira Lopes (PSD)**, dizendo não considerar que tivesse havido arrogância. Tinha havido alguma sobrançeria, muita demagogia e claramente falta de conhecimento, nomeadamente de factos históricos. Lembrou que no tal Governo mau de Passos Coelho, o investimento na Saúde, entre 2012 e 2014, tinha sido de 26,3 mil milhões de Euros. E no Governo seguinte tinha sido de 24,7 mil milhões de Euros. De um Governo para o outro, sendo que um era o da austeridade e o outro era da não austeridade, da Geringonça, tinham ocorrido menos 1,6 mil milhões de Euros de investimento. Não valia a pena iludir a realidade. Na opinião do senhor Deputado, todos gostavam de defender a sua dama e ele também estava a defender a sua. Mas havia uma coisa que tinha de dizer e não era com carácter professoral. É que havia mesmo mais vida além do PS.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, pedindo desculpa se por vezes a emoção das suas palavras chocavam algumas pessoas. Disse não ser um profissional da política. Não era frio e calculista. Era uma pessoa que se envolvia, fosse nos problemas sociais dos outros, fosse nos problemas do País. De facto, uma Moção falava em exigência, mas a outra não. Por isso, esperava na prática ver a diferenciação no sentido de voto, sendo o senhor Deputado Nuno Antão coerente no sentido de voto. Quis também alertar para uma questão mais preocupante, do que reivindicar apoio popular ou ter uma maioria absoluta. Estava a falar dos elevados níveis de abstenção. Na opinião do senhor Deputado, oxalá a abstenção nunca seja a maioria absoluta em Portugal. Aí estaria seriamente preocupado. Na opinião do senhor Deputado, quem governa e quem tem maiorias devia ter humildade, devia debater os temas com simplicidade, devia abrir o debate às



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

ideias e não fechá-lo. Disse gostar de ver, mesmo quando há maiorias, o saber gerir as maiorias com generosidade, simplicidade e humildade, porque a Democracia, mesmo com maiorias absolutas, não era ausência de debate, nem era ausência de valores de fraternidade quando se debatiam temas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, apresentando a seguinte Declaração de Voto sobre as duas Moções: “As duas Moções manifestam insuficiências e inverdades, a saber: 1 – Estão em layoff atualmente mais de 800 mil trabalhadores, empresas que envolvem um volume de emprego superior a 1,4 milhões de pessoas, sendo a larga maioria empresas com menos de 10 trabalhadores. Volto a repetir. Um valor próximo de 92% das empresas que solicitaram layoff têm menos de 10 trabalhadores. Na Moção diz-se que as medidas existem para as grandes empresas. Tal não corresponde à verdade, nem nos números, nem nas condições restritivas que são colocadas às grandes empresas, no acesso ao layoff. 2 – No que se refere ao Sistema Nacional de Saúde, importa lembrar que não foi aprovado pelo PSD, nem pelo CDS, incluindo responsáveis institucionais do mais alto nível do Estado Português neste momento. Quanto à sua implementação, também importa lembrar que resultou de orçamentos que houve Partidos que durante décadas nunca votaram nos orçamentos que levaram à implementação do Sistema Nacional de Saúde. Portanto, por esta razão, as afirmações que estão ditas não correspondem à verdade, relativamente aos esforços financeiros que foram feitos ultimamente. Os dados são objetivos e constam do Orçamento Geral do Estado e dos orçamentos aprovados, sobre as transferências para o funcionamento concreto do Sistema Nacional de Saúde e as posições tomadas, incluindo ao mais alto nível, sobre a forma como se encara o papel do Estado na saúde pública. 3 – Sobre a questão orçamental, também os números são conhecidos. Em 2007, o Estado português atinge um défice, que foi quatro vezes menor do que o défice deixado pelo Professor Cavaco Silva. E foi o défice mais baixo, até ao défice de 2019, verificado na Democracia portuguesa. Em 2008, são conhecidos os factos, que ultrapassaram toda a economia internacional, assim como são conhecidas as alterações que levaram a um certo défice de 2011, por alteração dos critérios da Eurostat, que levaram a considerar como défice e dívida pública o que dantes não era considerado, e aplicado pela primeira vez ao Estado Português. Nomeadamente considerou-se como défice e dívida pública todas as transferências para empresas que se vieram a considerar, de acordo com os critérios novos, que não tinham capacidade de futuro de pagar esses empréstimos. E estamos a falar das transferências para as empresas de transportes. Mais acrescento que em 2019 tivemos o primeiro superávit da economia portuguesa. Portanto, comparar dados que são retirados de qualquer amostra econométrica, porque correspondem a anos anormais, como corresponderá o ano de 2020 na economia e na sociedade portuguesa e em toda a economia internacional. Mais acrescento, para quem for curioso sobre esta matéria, para assistir à intervenção e às perguntas feitas, no ano de



2011, ao Governador do Banco Central Americano, onde ele fala sobre a situação que levou à crise e que com algum humor desculpabiliza o engenheiro José Sócrates. Toda a intervenção dele ao Congresso Americano para justificar a crise é para dizer que José Sócrates, governador de um pequeno país como Portugal, levou o mundo à falência, mas não foi por mal”.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Jorge Campos Ferreira (CDU)**, começando por referir que, quanto ao conteúdo das Moções, não ia entrar na discussão se o PS tinha o direito de votar contra ou se o PSD tinha o direito de se abster. Eram opções políticas que faziam e acreditava que nunca fosse intenção do eleito do BE fazer o PS alterar o seu sentido de voto. Relativamente às exigências, referiu que todos, desde as Assembleias de Freguesia às Câmaras Municipais e Assembleias Intermunicipais tinham o direito e o dever de exigir ao Governo alterações, que fizesse mais e melhor. Não era só na Assembleia da República que se devia exigir. Também os níveis mais baixos deviam exigir, porque todos eles representavam a população. Portanto, não percebia porque é que a expressão “exigir” não poderia constar da Moção apresentada na Assembleia Intermunicipal da CIMLT. Prosseguiu dizendo que gostava de ver que, quer a intervenção do PSD, quer a intervenção do PS, não discordavam do conteúdo das Moções, mas achavam que era a CDU a colocar-se em bicos de pés. As medidas até eram válidas, mas era mais uma vez a CDU a chamar a atenção. Não. Era a CDU a apresentar medidas que considerava serem para o benefício da população. Era normal não concordarem todos com elas. E era isso a Democracia. Era todos pensarem diferente, mas todos se respeitarem uns aos outros. E não achar que alguém propunha uma medida só porque estava na oposição e queria aparecer. E era precisamente no momento em que se estava a discutir um orçamento suplementar que as forças políticas deviam mostrar as suas preocupações e dizer as suas exigências, para que o Governo de todos os portugueses fizesse o que fosse melhor. Este era também um contributo da CDU. Quanto à questão das pequenas e médias empresas, não estava dito em lado nenhum que não tinham acesso ao layoff. O que era pedido era para que as empresas que estavam em layoff não fossem prejudicadas no acesso aos apoios. Havia opções que se tomavam e outras que não se tomavam. E neste caso, o PS não tomava algumas.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, esclarecendo que o PS não tinha maioria absoluta na Assembleia da República.

--- Submetida à votação a **Moção “Salvar centenas de MPME: primeiro passo para retoma económica de que a área territorial da CIMLT precisa”**, a mesma foi **REPROVADA**, com a seguinte votação:

--- Votos contra: 17 (PS);

--- Votos a favor: 8 (CDU e BE);

--- Abstencões: 9 (1 Deputado do PS, PSD, CDS-PP).



--- Submetida à votação a "**As ações falam mais alto do que as palavras, logo apoiemos o Serviço Nacional de Saúde**", a mesma foi **REPROVADA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos contra: 17 (PS);-----

--- Votos a favor: 8 (CDU e BE);-----

--- Abstenções: 9 (1 Deputado do PS, PSD, CDS-PP).-----

--- Passou-se de seguida à votação da **ata nº9 da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 27/11/2019**, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Jorge de Oliveira Lopes (PSD)**, informando que não votava a ata, por não ter estado presente na sessão.-----

--- Todos os grupos políticos solicitaram que fosse retirado da votação das atas quem não tinha estado presente na sessão.-----

--- Passou-se de seguida à votação da **ata nº10 da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 04/03/2020**, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Todos os grupos políticos solicitaram que fosse retirado da votação das atas quem não tinha estado presente na sessão.-----

--- Passou-se de seguida ao **Primeiro Ponto da Ordem do Dia: Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS/PP)**, solicitando ao senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT que desse uma breve explicação sobre a negociação com os operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia Covid-19.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que tinham ocorrido dois tipos de negociações. Uma tinha a ver com PART. Com a pandemia, tinha havido um conjunto de problemas que estes operadores tiveram. A CIMLT tinha tentado, entre todos, encontrar soluções.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, começando por referir que, no que dizia respeito ao serviço de transporte público de passageiros na Lezíria do Tejo, os operadores faziam a sua operação com base única e exclusivamente na receita de bilhetes e muito sustentada com os passes dos estudantes, montantes que eram transferidos pelas Câmaras Municipais. Com a pandemia, as duas operadoras da Lezíria do Tejo – a Ribatejana e a Rodoviária do Tejo – tinham entrado em layoff e tinham feito uma série de serviços considerados mínimos. A partir do dia 12 de março e até meados



de abril não tinha sido cobrada qualquer receita ao nível de bilhetes. As autoridades de transportes, como a CIMLT, deveriam ter entrado num regime de compensação aos operadores rodoviários. Então, a CIMLT, conjuntamente com os operadores, definiu, até porque depois o negócio foi feito uma ou duas semanas antes do início das aulas do 10º e 11º anos, o que foi contratado para 3 meses (abril, maio e junho). A Lei permitiu a utilização do PART, independentemente de haver estudantes ou não a viajar, e também os montantes que estavam orçamentados nas Câmaras em termos de passes de estudantes, para se poder compensar os operadores. Portanto, a CIMLT fez um negócio a três partes. Aquilo que eram os serviços mínimos, entre março e o início das aulas, foi atribuído um determinado montante. Com a entrada das aulas foi atribuído outro montante e depois ficou-se com uma reserva para estender a rede, caso a procura aumentasse, verba essa ainda não foi utilizada na presente data. Foi com base no PART e nos passes escolares que a CIMLT entrou em acordo com os operadores para, àquele serviço mínimo de março e abril, acrescentarem mais carreiras, por forma a que os alunos do 10º e 11º que tinham de ter aulas presenciais não tivessem qualquer tipo de problema, nem o início do desconfinamento no geral. A situação negociada com os operadores passou um bocadinho daqueles serviços mínimos de março e abril, mas como era óbvio, mantendo-se ainda os operadores em layoff, as carreiras todas não estavam a funcionar como estavam antes da pandemia. Acrescentou que para julho, agosto e setembro, o período em que não iria haver aulas, a CIMLT estava a aguardar que saísse um Despacho para que pudessem negociar com os operadores aquilo que serão os transportes públicos nesses meses.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, questionado se na área da educação já estava a ser implementada alguma medida que pudesse mitigar aquilo que eram as dificuldades que tinham advindo desta pandemia, ao nível das escolas. Isto é, na área da educação, se estas dificuldades criadas por esta pandemia, tinham merecido da parte da CIMLT alguma atenção, algum programa. Quis saber se estava alguma coisa prevista ou se estava alguma coisa em andamento nesta área específica.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, começando por explicar que quando a pandemia começou, o Conselho Intermunicipal da CIMLT passou a reunir três vezes por semana, onde os vários colegas iam partilhando as suas preocupações. Iam articulando respostas, percebendo aquilo que iam fazendo bem e menos bem. Também na área da educação foram falando e articulando respostas. Obviamente que a implementação dessas respostas era local e tinha muito a ver com a realidade de cada concelho. Entretanto, estavam a querer renovar junto dos Fundos Comunitários o projeto do Sucesso Escolar, que tinha tido uma grande importância neste confinamento, nomeadamente naquilo que era o apoio dado pelas equipas multidisciplinares, onde existia um conjunto de psicólogos. A questão da saúde



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and two smaller ones.

mental era uma preocupação e no fim disto haveria de ser uma preocupação ainda maior do que aquela que era. Portanto a CIMLT, em geral, tinha uma estratégia e implementou essa estratégia, muito com base nas equipas do Sucesso Escolar. Depois, todos os Municípios foram criando as condições para que esta resposta fosse possível. A questão dos computadores e da internet tinha sido fundamental, uma vez que o ensino à distância tinha sido uma realidade e a verdade é que para muita gente, se não fosse o apoio das Câmaras, isso teria sido problemático. Outro apoio que as Câmaras continuavam a fazer, depois de se reorganizarem e reinventarem, era o do fornecimento de refeições aos alunos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Luís Alberto Ferreira (CDU)**, referindo que era sabido que havia uma negociação com a CP. Pretendeu saber qual o ponto de situação dessa negociação, em termos do serviço público de transporte de passageiros.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, informando que o que queriam com a CP era conseguir estender o que tinham em Azambuja, até Mato Miranda. Lembrou que tinham conseguido com a CP uma negociação que permitiu os 40,5€ em Azambuja e a partir daí poder utilizar o passe da Área Metropolitana. Em última análise, o que pretendiam era que a negociação pudesse ir até Mato Miranda, referindo ainda que, pessoalmente, entendia que isso não devia ser só na lógica da Comunidade Intermunicipal. A sua perspetiva e a dos seus colegas era de que tudo aquilo que eram viagens pendulares, ou seja, todas as pessoas que vão e vêm da Área Metropolitana de Lisboa, deviam pagar o mesmo valor, fosse esse pagamento através da CP ou em autocarro. Portanto, aquilo que iriam negociar com a CP era o melhor possível. A CP obviamente que queria mais do PART e a CIMLT iria até onde pudesse ir. Lembrou que aquilo que a CIMLT tinha colocado com o PART acabou por transferir para a CP muito mais gente a andar de transportes públicos e esse também era o ganho deles. Terminou dizendo que obviamente que nesta negociação, aquilo que pretendiam era ir até ao limite das estações da região, como estava de momento até Azambuja.-----

--- Passou-se de seguida ao **Segundo Ponto da Ordem do Dia: Apreciação e Votação de Nomeação de Sociedade de Revisor Oficial de Contas como Auditor Externo da CIMLT das Contas dos Anos de 2020, 2021 e 2022.**-----

--- Submetida à votação a **Nomeação de Sociedade de Revisor Oficial de Contas como Auditor Externo da CIMLT das Contas dos Anos de 2020, 2021 e 2022**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 32 (PS, PSD, CDU, CDS-PP);-----

--- Abstenções: 2 (PS e BE).-----

--- Passou-se de seguida ao **Terceiro Ponto da Ordem do Dia: Apreciação e Ratificação de Segunda**



Revisão ao Orçamento para 2020, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2020-2025, e de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas.-----

--- Submetida à votação a **Segunda Revisão ao Orçamento para 2020, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2020-2025, e de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 33 (PS, PSD, CDU e CDS-PP);-----

--- Abstenções: 1 (BE).-----

--- Passou-se de seguida ao **Quarto Ponto da Ordem do Dia: Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, pedindo para ser esclarecido sobre a razão da alteração do quadro de pessoal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que a CIMLT tinha cada vez mais competências. Os técnicos eram poucos e precisavam colmatar um conjunto de necessidades.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, começando por referir a Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional e lembrando que a CIMLT cada vez tinha mais competências, nomeadamente na área dos Transportes. Tal estava a levar a CIMLT a criar uma equipa maior. Havia necessidade de recrutar alguém que percebesse de Sistemas de Informação Geográfica, que analisasse as linhas dos operadores. Relativamente ao Engenheiro Civil, explicou que tinha surgido a possibilidade do único engenheiro da CIMLT poder sair por mobilidade para a Câmara Municipal de Alpiarça. A CIMLT precaveu-se e criou o lugar. Se eventualmente ele for, a CIMLT tem o lugar disponível. Até porque existem várias áreas onde a intervenção de um Engenheiro Civil é importante, designadamente no licenciamento de infraestruturas de combustíveis, para além da verificação física dos projetos, que a CIMLT dá apoio, através do FEDER, aos Municípios.-----

--- Submetida à votação a **Proposta de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- Passou-se de seguida ao **Quinto Ponto da Ordem do Dia: Apreciação e Ratificação de Terceira Revisão ao Orçamento para 2020, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2020-2025, e de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**,



Handwritten signatures in blue and red ink.

referindo que na segunda revisão orçamental, a CIMLT iria ter um resultado de 386 910 euros no final do ano. Na terceira revisão passava a 433 260 Euros em negativo. Ou seja, havia um diferencial de 700 mil Euros em baixa. Solicitou uma explicação para estes números.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que a segunda revisão dizia respeito à introdução de saldo e de alguns projetos que estavam previstos candidatar. A terceira revisão resultava do acordo que tinha sido feito com os operadores, face ao que já havia mencionado e aos acordos celebrados, no âmbito dos transportes. A CIMLT tinha de fazer o acordo com os dois operadores o mais rapidamente possível, para eles andarem no terreno, e a CIMLT não podia aguardar pela presente sessão da Assembleia para celebrar o acordo.-----

--- Usou da palavra o **Técnico João Paulo Ferreira**, explicando que o que constava nos dois quadros da última página do documento não tinham a ver com o saldo que se esperava no fim do orçamento. Tinham a ver com a demonstração de uma regra que eram obrigados a demonstrar, que era a regra do equilíbrio orçamental, ou seja, a previsão de receita corrente seria suficiente para suportar as despesas correntes. Em ambos os orçamentos estavam a aumentar o total orçamentado, em relação ao orçamento inicial aprovado pelos senhores Deputados.-----

--- Usou da palavra o **Técnico Ricardo Portela**, explicando que tal acontecia por incorporação do saldo na segunda revisão e incorporação da receita na terceira, inerente a esses projetos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, dizendo que as receitas correntes tinham aumentado, mas a despesa corrente também, mas não na mesma proporção.-----

--- Usou da palavra o **Técnico Ricardo Portela**, explicando que essas despesas correntes que estavam colocadas nos quadros eram as dotações previstas no momento em que estas duas modificações tinham sido feitas. A terceira revisão já tinha o efeito das alterações orçamentais, que não eram aprovadas pela Assembleia Intermunicipal. Eram apenas aprovadas pelo Conselho intermunicipal. Ou seja, não eram visíveis no presente documento. O quadro era construído com base nas modificações orçamentais, até ao momento em que se estava a aprovar a modificação. Como eram revisões, e apenas as revisões eram aprovadas pela Assembleia Intermunicipal, do lado das despesas correntes havia uma evolução que não era visível pela Assembleia diretamente através do presente quadro. As alterações orçamentais da gestão corrente, que era feita pela CIMLT, que tinham efeito nos valores globais da despesa corrente, ela ia evoluindo. Em resumo, a fotografia no momento da revisão era aquela que estava nos presentes quadros. Mas não era comparável.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, afirmando que tal queria dizer que nessa fotografia naquele momento, se estivéssemos no final do



Handwritten signatures in red and blue ink.

ano, iríamos ter um resultado negativo de 433 mil Euros.-----

--- Usou da palavra o **Técnico Ricardo Portela**, explicando que não era negativo. Era positivo. Estava na mesma a ser cumprida a regra do equilíbrio orçamental. A despesa corrente acrescida do ponto dois continuava a superar a despesa corrente, que era isso que a regra requeria. Até haveria um reforço da primeira para a segunda.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, dizendo que lhe parecia mais lógica a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de 2019 e só depois a votação dos pontos agora em discussão.-----

--- Submetida à votação a **Terceira Revisão ao Orçamento para 2020, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2020-2025, e de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 34 (PS, PSD, CDU, CDS-PP);-----

--- Votos contra: 1 (BE).-----

--- Passou-se de seguida ao **Sexto Ponto da Ordem do Dia: Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício de 2019**.-----

--- Submetidos à votação os **documentos de prestação de contas do exercício de 2019**, os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 34 (PS, PSD, CDU, CDS-PP);-----

--- Votos contra: 1 (BE).-----

--- Passou-se de seguida ao **Sétimo Ponto da Ordem do Dia: Apreciação e votação de proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2019**.-----

--- Submetida à votação a **proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2019**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 34 (PS, PSD, CDU, CDS-PP);-----

--- Abstenções: 1 (BE).-----

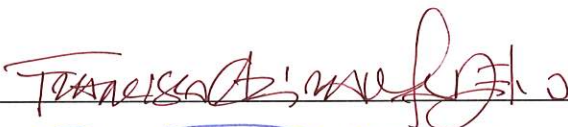
--- De seguida foi lida pela **senhora Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, a Minuta da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 24 de junho de 2020, tendo sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, começando por dizer que todos, autarcas em geral, viviam momentos diferentes e esta nova normalidade iria durar bastante tempo. Não sabia se a próxima reunião iria ser presencial ou via internet. Iriam ter de conviver com esta situação e aquilo que apelava a todos era que cada um,

enquanto cidadão, pudesse cumprir a sua parte. Se cada um tiver a preocupação de cumprir as regras e de chamar a atenção para quem não está a cumprir, haveria condições para reduzir bastante aquilo que era a transmissão do vírus. Poderiam gostar mais ou menos de decisões que foram tomadas, mas a verdade é que os surtos que tinham vindo a acontecer eram surtos por incúria de pessoas que achavam que o vírus só acontecia aos outros. Efetivamente, isto podia acontecer em qualquer lado, a qualquer um. Por isso deixou o apelo para que todos juntos, sendo líderes nas várias regiões, pudessem praticar, por um lado, e chamar a atenção de quem não cumpre, por outro. Frisou que quem não cumpre coloca em risco aqueles que cumprem e isto tem consequências dramáticas na nossa sociedade, na economia, na saúde mental. Assim, deixou o apelo para que todos pudessem, em conjunto, minimizar aquilo que podia ser minimizado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, começando por agradecer a todos os autarcas e à forma como se foram relacionando com a proteção civil e como foram até à data capazes de minimizar os resultados, quando o vírus estava à porta. Lembrou a situação de Azambuja e disse esperar que conseguissem conter nesse Município o vírus o quanto antes. Quis também manifestar o reconhecimento pela capacidade de coordenação que os municípios estavam a ter, tendo a Comunidade Intermunicipal como um espaço privilegiado para fazer esse tipo de convergências. Referiu ainda que a CIMLT estava a ser exemplar nesta matéria.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

--- PRESIDENTE DA MESA _____ 

--- VICE-PRESIDENTE DA MESA _____ 

--- SECRETÁRIA DA MESA _____ 

